

FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

ATO DA PRESIDENTE

PORTARIA/FIA-RJ/P N° 681 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023

ALTERA A PORTARIA/FIA Nº 552, DE 10/02/2022, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLES-CÊNCIA DO ESTADO DO RIÓ DE JANEIRO - FIA - RJ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com os procedimentos a serem adotados na execução de convênios, definidos pelo Decreto Estadual nº 44.879/2014, conforme Processo nº SEI-310005/000270/2021;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a Portaria FIA-RJ nº 552, DE 10/02/2022, publicada no D.O. de 11 de fevereiro de 2022, substituindo o servidor RAFAEL DA SILVA MACEDO, ID. Funcional nº 5127184-2 pela servidora VI-TÓRIA GOMES DOS SANTOS SILVA, ID. Funcional nº 5117041-8, na função de Gerente Executivo dos Termos de Colaboração do Programa Trabalho Protegido na Adolescência - PTPA, da Fundação para a Infância e Adolescência - FIA/RJ, atendendo aos preceitos estabelecidos pelo art. 21, incisos e demais dispositivos de pertinência da citada função, disciplinados pelo Decreto Estadual nº 44.879/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2023.

Rio de Janeiro, 06 de novembro de 2023

FERNANDA LESSA FLORES RODRIGUES
Presidente

1: 2522062

FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS COORDENADORIA DE PESSOAL

RETIFICAÇÃO D.O. DE 18/10/2023 PÁGINA 18 - 3ª COLUNA DESPACHO DA GERENTE DE 30/10/2023

Processo nº SEI-310005/000896/2023

quenta e seis) dias

Onde se lê: Computar para fins de aposentadoria, 1507 (mil quinhentos e sete) dias. Leia-se: Computar para fins de aposentadoria, 756 (setecentos e cin-

Id: 2
FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

RETIFICAÇÃO D. O. 01/11/2023 PÁGINA 48 - 1º COLUNA

ATO DA PRESIDENTE

PORTARIA/FIA-RJ/P Nº 680 DE 31 DE OUTUBRO DE 2023. ALTERAR PORTARIA/FIA-RJ/P Nº 625 DE 17/04/2023, QUE CRIOU A COMISSÃO DE GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZA- ÇÃO DAS PUBLICAÇÕES EM DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OU-TRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 2° -Onde se lê:

".....ERIK DE SOUZA ALVES, Id. Funcional nº 4426829-7,..."

_eia-se:

".....ERIK SOUZA ALVES, Id. Funcional nº 4426829-7,...."

ld: 2522228

Gabinete de Segurança Institucional do Governo do Estado do Rio de Janeiro

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO SECRETÁRIO DE 17/10/2023

DESIGNA ANDREA SUELY SILVA DO AMARAL, ID. Funcional nº 4424862-8, em substituição a MARCO ANTONIO PATRICIO DE AQUI-NO 1º SGT PM, ID. Funcional nº 217448-6 como Encarregada da Subunidade Patrimonial 1.3. GSI/DGAF, a contar de 1º de outubro de 2023. Processo nº SEI-390004/000416/2023.

ld: 2522019

Secretaria de Estado de Transformação Digital

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO PRESIDENTE DE 09/10/2023

PROCESSO Nº SEI-150016/000766/2022 - HOMOLOGO o resultado da licitação por Pregão Eletrônico para o Registro de Preços - PE-RP 009/2023, para a contratação de empresa especializada em tecnologia da informação para aquisição de licenciamento perpétuo de solução de Gerenciamento de Acessos Privilegiados por cofre de senhas com gravação de sessão (LOTE I) e aquisição de licenciamento perpétuo de solução de proteção local, elevação e multifator adaptativa (LOTE II), incluindo instalação, configuração e treinamento, com garantia pelo período de 36 (trinta e seis) meses, conforme especificações e condições constantes no/Termo de Referência Anexo I do Edital, em favor da empresa ARVVO TECNOLOGIA, CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA (25.359.140/0001-81) licitante vencedor do Lote I, no valor de R\$ 17.746.362,00 (dezessete milhões, setecentos e quarenta e seis mil trezentos e sessenta e dois reais). Lote II restou FRACASSADO.

ld: 251590

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras Públicas

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

ATO DO PRESIDENTE DE 01.11.2023

DESIGNA, a contar de 31.10.2023, os servidores: LUCIANO LUCAS MÜLLER, Superintendente da SSI, ID. Funcional nº 2835056-1, como gestor, PAULO CÉSAR LIMA DE AZEVEDO, Chefe de serviço, ID. Funcional nº 284463-1 e GILSON DA SILVA CARDOSO, Chefe de Almoxarifado, ID. Funcional nº 2841629-5; instituindo a comissão para fins de fiscalização, referente à prestação de serviços ao objeto do Processo Administrativo nº SEI- 330032/000768/2023, a favor da SI-NASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA. Processo nº SEI-330032/000768/2023.

ld: 2522169

FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

DESPACHO DO PRESIDENTE DE 30.10.2023

PROCESSO Nº SEI-330032/008458/2023 - RATIFICO de dispensa de licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei Federal 8.666/93, em favor da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, inscrita sob o CNPJ 15.829.998/0001 09, no valor R\$ 300,00 (Trezentos reais), com fulcro no artigo 24, inciso XVI, da supracitada lei.

ld: 2521890

Secretaria de Estado de Energia e Economia do Mar

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO CONSELHEIRO PRESIDENTE DE 01/11/2023

PROCESSO Nº SEI-220007/003065/2023. Escala das Equipes de Fiscalização de Pronto Atendimento, com a finalidade de atender as demandas relacionadas à falta de água e/ou outras ocorrências de grande repercussão na Região Metropolitana e/ou Municípios do Estado do Rio de Janeiro.

ESCALA MENSAL PLANTÃO PRONTO ATENDIMENTO	
NOVEMBRO/2023	
DIAS 04 e 05	EQUIPE CASAN II - CAPITAL
	CHEFE DE EQUIPE - OUVIDORIA
	MARIA CLARA CANEDO
	FISCAIS
	CARLOS ALBERTO DA SILVA PAULO
	LUIZ HENRIQUE SILVA
	CARLOS PESSOA (reserva)
DIAS 11 e 12	EQUIPE CASAN IV - ÁREAS DE COMUNIDADE
	CHEFE DE EQUIPE - OUVIDORIA
	NILMA SILVA
	FISCAIS
	LUIZ ALFREDO PEREIRA PINTO
	GILSON BARROS
	CARLOS PESSOA (reserva)
DIAS 18 e 19	EQUIPE CASAN III - SÃO GONÇALO
	CHEFE DE EQUIPE - OUVIDORIA
	PATRICIA DUARTE
	FISCAIS
	OSMAN OLIVEIRA
	CARLOS PESSOA
	GILSON BARROS (reserva)
DIAS 25 e 26	EQUIPE CASAN I - BAIXADA FLUMINENSE
	CHEFE DE EQUIPE - OUVIDORIA
	MICHELE LOPES
	FISCAIS
	GILSON BARROS
	FREDERICO COELHO
	RITA CALVET (reserva)

d: 2522059

Secretaria de Estado de Defesa do Consumidor

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

AUTARQUIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

> DESPACHO DE DIRETOR PRESIDENTE DE 11/08/2022

PROCESSO Nº SEI-240002/003094/2023- PARA PUBLICAÇÃO REFERENTE AOS SEGUINTES PROCESSOS:

E-22/014/264/2090 - VRG LINHAS AÉREAS. DETERMINO O ARQUI-VAMENTO de todos os processos físicos acima relacionados.

AUTARQUIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 1º INSTÂNCIA

> DESPACHO DE 1ª INSTÂNCIA DE 30/05/2019

PROCESSO Nº SEI-240002/002489/2023 - PARA PUBLICAÇÃO REFERENTE AOS SEGUINTES PROCESSOS:

E-15/003/752/2016 - GGPN RESTAURANTE LTDA. **DETERMINO** O ARQUIVAMENTO de todos os processos físicos acima relacionados.

A assinatura não possui validade quando impresso.

ld: 2522173

RIO DE JANERO

Procuradoria Geral do Estado

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ATO DO PROCURADOR GERAL

RESOLUÇÃO PGE Nº 5004 DE 31 DE OUTUBRO DE 2023

INSTITUI O COMITÊ GESTOR DE PRIVACI-DADE E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO PA-RA O DESENVOLVIMENTO, A MANUTEN-ÇÃO E O ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS À PRIVACIDADE E SEGU-RANÇA DA INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 6º, inciso IV, da Lei Complementar nº 15/80, Processo nº SEI-140001/046824/2023; e

RIO DE JANEIRO

CONSIDERANDO:

- que a constitucionalização da Advocacia de Estado, nos níveis federal, estadual e distrital federal, como função essencial à Justiça, exige um constante aperfeiçoamento das funções de controle interno na gestão da coisa pública (artigo 132 da Constituição da República);
- a importância da proteção de dados pessoais, incluído no rol de direitos e garantias fundamentais pela Emenda Constitucional nº 115, de 10 de fevereiro de 2022;
- que, na forma do art. 23. caput. da Lei nº 13.709, de 14 de agosto

- de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), o tratamento de dados pessoais pelas pessoas jurídicas de direito público referidas no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação) deverá ser realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público;
- a necessidade de adequação da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro à legislação de proteção de dados pessoais, especialmente a Lei nº 13.709/2018, bem como a necessidade de constante atualização dos processos internos à evolução do direito da proteção de dados pessoais: e
- a autonomia administrativa e financeira da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro, reconhecida pelo § 5º do artigo 176 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, conforme a redação dada pela Emenda Constitucional nº 12, de 10 de abril de 2002;

RESOLVE:

CAPÍTULO I DO COMITÊ GESTOR DE PRIVACIDADE E SEGURANÇA DA IN-FORMAÇÃO

Art. 1º - Fica instituído o Comitê Gestor de Privacidade e Segurança da Informação - CGPSI, para criação, desenvolvimento, manutenção e acompanhamento das ações relacionadas à privacidade e segurança da informação, no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - O CGPSI será composto pelos seguintes membros:

- I o Secretário-Geral de Gestão
- II o Diretor de Gestão;



- III o Diretor de Privacidade e Segurança da Informação;
- IV o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais e o seu Substituto;
- ${f V}$ o Procurador-Chefe da Procuradoria da Dívida Ativa ou um de seus Procuradores-Assistentes;
- VI o Procurador-Chefe do CEJUR ou o seu Procurador-Assistente:
- VII o Procurador-Chefe da Procuradoria de Serviços Públicos ou um de seus Procuradores- Assistentes;
- VIII o Gerente de Tecnologia da Informação;
- IX o Gerente de Recursos Humanos;
- X até 6 (seis) Procuradores do Estado indicados pelo Secretário-Geral de Gestão;
- XI 3 (três) servidores da equipe do Gerente de Tecnologia da Informação, que serão por ele indicados.
- § 1º o CGPSI será presidido pelo Secretário-Geral de Gestão.
- $\S~2^{\rm o}$ os membros mencionados nos incisos V, VI e VII funcionarão, obrigatoriamente, como ponto focal das questões relacionadas ao escopo do CGPSI nas suas respectivas unidades.
- \S $3^{\rm o}$ o CGSI poderá convidar Procuradores ou Servidores para participar de reuniões específicas.
- \S $4^{\rm o}$ os membros do comitê serão substituídos, nas ausências ou impedimentos, por seus substitutos legais.
- **Art. 3º -** O CGPSI apresentará, no prazo de 90 (noventa dias) contados da data de publicação desta Resolução, proposta de regimento interno contendo normas atinentes à sua organização, funcionamento e à especialização de suas funções.
- Art. 4º Compete ao CGPSI:
- I aprovar a Política de Privacidade e Segurança da Informação da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro, que será encaminhada ao Procurador-Geral do Estado para decisão final e publicação por Resolucão:
- II sugerir ao Procurador-Geral do Estado mudanças e atualizações na Política de Privacidade e Segurança de Informação da Procuradoria-Geral do Estado;
- III acompanhar o processo de implementação da Política de Privacidade e Segurança da Informação;
- IV analisar e aprovar os relatórios sobre a conformidade da Procuradoria-Geral do Estado e dos seus órgãos com a Política de Privacidade e Segurança da Informação;
- V sugerir aos responsáveis a adoção de medidas para corrigir situações que estejam em desconformidade com a Política de Privacidade e Segurança da Informação da Procuradoria-Geral do Estado.
- Art. 5º O CGPSI deverá apresentar relatório trimestral à Secretaria Geral de Gestão das atividades realizadas.

CAPÍTULO II DA DIRETORIA DE PRIVACIDADE E SEGURANÇA DA INFORMA-CÃO

Art. 6º - Fica criada, sem aumento de despesa, na estrutura básica da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, a Diretoria de Privacidade e Segurança da Informação, vinculada à Secretaria-Geral de Gestão.

Parágrafo único. A Diretoria de Privacidade e Segurança da Informação será ocupada por um Procurador do Estado, a ser nomeado pelo Procurador-Geral do Estado.

- Art. 7º Compete ao Diretor de Privacidade e Segurança da Informação:
- I implementar a Política de Privacidade e Segurança da Informação, tomando todas as medidas executivas necessárias para que a Procuradoria Geral do Estado esteja em conformidade com as leis e regulamentos de privacidade e segurança da informação;
- II promover, com o auxílio do CEJUR e da PG-12, o processo de conscientização e o treinamento relacionados à privacidade e à segurança da informação aos Procuradores do Estado, Servidores, Residentes e Estagiários da Procuradoria-Geral do Estado;
- III conduzir o processo de avaliação dos riscos relacionados à privacidade e segurança da informação decorrentes das atividades da Procuradoria-Geral do Estado;
- IV gerenciar os controles internos de conformidade com a Política de Privacidade e Segurança da Informação;
- V realizar auditorias periódicas para identificar possíveis problemas ou áreas de melhoria:
- VI desenvolver estratégias para gerenciar os riscos relacionados à privacidade e à segurança da informação e monitorar a eficácia das respectivas medidas de mitigação;
- VII liderar a resposta a incidentes à privacidade e à segurança da informação:
- **VIII** produzir relatórios sobre a conformidade da Procuradoria-Geral do Estado e dos seus órgãos com a Política de Privacidade e Segurança da Informação.

CAPÍTULO III DO ENCARREGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

- **Art. 8º -** Fica criada, sem aumento de despesa, na estrutura básica da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, a função de Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO), vinculada ao Gabinete do Procurador-Geral do Estado.
- §1º- a função de Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais será desempenhada por um titular e por um substituto.
- $\S2^{\circ}$ compete ao substituto atuar nas ausências, nos impedimentos ou por delegação do titular.
- Art. 9º Compete ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais:
- I atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados pessoais e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD):
- II aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências:
- III receber comunicações da Autoridade Nacional e adotar providências:

IV - orientar os Procuradores do Estado, servidores e demais colaboradores da Procuradoria Geral do Estado a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais;

V - responder a consultas e elaborar pareceres sobre privacidade e proteção de dados pessoais por provocação do Gabinete do Procurador-Geral do Estado, ressalvados os casos de conflito de atribuições legais: e

- VI executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.
- §1º o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais poderá realizar direta e pessoalmente todas as comunicações à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- §2º para fins do disposto no inciso V, o processo somente será enviado para manifestação após a sua instrução com uma lista de verificação (checklist) obrigatória, a ser elaborada pelo Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais e oportunamente divulgada.
- Art. 10 As reclamações dos titulares de dados pessoais serão recebidas pela Ouvidoria da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro e encaminhadas ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, que prestará os esclarecimentos e adotará as providências necessárias

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 11 O Diretor de Privacidade e de Segurança da Informação e o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais integrarão o Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação, criado pela Resolução PGE nº 3.859, de 15 de março de 2016.
- Art. 12 Fica revogada a Resolução PGE nº 4.586, de 30 de julho de 2020.
- Art. 13 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2023

BRUNO DUBEUX
Procurador-Geral do Estado

ld: 2521957

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DE 04.11.2023

NOMEIA MARCUS FABIO SEGURASSE RESINENTE para exercer, com validade a contar de 1º de novembro de 2023, o cargo em comissão de Assessor, Símbolo DAS-8, da Procuradoria-Geral do Estado, da Chefia do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, oriundo da transformação estabelecida pela Resolução PGE nº 4.854 de 26 de maio de 2022. Processo Nº SEI-140001/000187/2023.

NOMEIA THAIS DE OLIVEIRA LAURIA SARMENTO para exercer, com validade a contar de 1º de novembro de 2023, o cargo em comissão de Assessor, Símbolo DAS-8, da Procuradoria-Geral do Estado, da Chefia do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, oriundo da transformação estabelecida pela Resolução PGE nº 4.854 de 26 de maio de 2022. Processo Nº SEI-140001/000187/2023.

NOMEIA JOÃO FLAVIANO AMARAL DE ALMEIDA para exercer, com validade a contar de 1º de novembro de 2023, o cargo em comissão de Assistente, Símbolo DAS-6, da Procuradoria-Geral do Estado, da Chefia do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, oriundo da transformação estabelecida pela Resolução PGE nº 4.854 de 26 de maio de 2022, com exercício na Assessoria da Folha de Pagamento, da Gerência de Recursos Humanos, da Diretoria de Gestão. Processo Nº SEI-140001/000187/2023. Processo Nº SEI-140001/000187/2023.

NOMEIA SERGIO DE ALMEIDA OLIVEIRA, Id. Funcional nº 51357046, para exercer, com validade a contar de 1º de novembro de 2023, o cargo em comissão de Ajudante, Símbolo DAI-6, da Procuradoria-Geral do Estado, da Chefia do Poder Executivo do Estado do

Rio de Janeiro, oriundo da transformação estabelecida pela Resolução PGE nº 4.854 de 26 de maio de 2022, com exercício na Procuradoria Previdenciária. Processo Nº SEI-140001/000187/2023.

ld: 2522095

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SECRETARIA DE GESTÃO

DESPACHOS DA PROCURADORA-ASSISTENTE DE 25.10.2023

PROCESSO Nº SEI-140001/039961/2023 - TIAGO RODRIGUES GUI-MARÃES - Analista Processual - ID Funcional nº 5011600-2. CONCEDO o Adicional de Qualificação a contar de 01.10.2023, louvada na manifestação da Comissão e com fundamento no art.1º e art. 3º, inciso II, da Resolução PGE nº 2.897/2010.

PROCESSO Nº SEI-140001/038841/2023 - JULIANA PIMENTA FARIAS - Analista Processual - ID Funcional nº 9999233-7. CONCEDO o Adicional de Qualificação a contar de 01.10.2023, louvada na manifestação da Comissão e com fundamento no art.1º e art. 3º, inciso III, da Resolução PGE nº 2.897/2010.

PROCESSO Nº SEI-140001/038844/2023 - SERGIO NASSIM MEL-LEM JUNIOR - Analista Processual - ID Funcional nº 9999232-9. CONCEDO o Adicional de Qualificação a contar de 01.10.2023, louvada na manifestação da Comissão e com fundamento no art.1º e art. 3º, inciso III, da Resolução PGE nº 2.897/2010.

ld: 2520183

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DIRETORIA DE GESTÃO

DESPACHO DA ASSESORA ESPECIAL DE 26.10.2023

PROCESSO Nº SEI-140001/027797/2021 - RECONHEÇO a dívida da PROCURADORIA GERAL DO ESTADO no valor total de R\$ 1.947.562,43 em favor da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro - SEEDUC.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SECRETARIA DE GESTÃO

DESPACHO DA PROCURADORA-ASSISTENTE DE 26.10.2023

PROCESSO Nº SEI-140001/056062/2022 - ARTHUR MAUDONNET FILHO - Técnico Processual, Classe B, Padrão IV - ID. Funcional nº 43597572. Louvada nas informações da Gerência de Recursos Humanos, APROVO a fixação de proventos mensais de inatividade, com validade a contar de 08/02/2023.

ld: 2522157

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DESPACHOS DO PROCURADOR-GERAL DE 04.11.2023

PROC. Nº SEI-140001/023805/2023 - RATIFICO a inexigibilidade de licitação com fulcro no art. 25 caput, da Lei nº 8.666/1993, em favor do lus Gentium Conimbrigae e pelo Instituito Nacional de Pesquisa e Promoção de Direitos Humanos, que tem como objeto o VIII Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra: uma visão transcisciplinar, no valor total de R\$ 1.202,28 (um mil duzentos e dois reais e vinte e oito centavos), nos termos da autorização do Procurador-Assistente do CEJUR, autoridade ordenadora de despesa.

PROC. Nº SEI-140001/029097/2023 - RATIFICO a inexigibilidade de licitação com fulcro no art. 25 caput, da Lei nº 8.666/1993, em favor da Fucape Pesquisa e Ensino S/A., que tem como objeto o curso Mestrado Profissional em Ciências Contábeis e Administração, no valor total de R\$ 75.350,00 (setenta e cinco mil trezentos e cinquenta reais), nos termos da autorização do Procurador-Assistente do CEJUR, autoridade ordenadora de despesa.

ld: 2522008



